

Equidade social, “estado-providência” e sistema fiscal: atitudes e percepções da população portuguesa (1991-1994)*

Manuel Villaverde Cabral**

Resumo: Este artigo faz parte de um estudo mais vasto sobre as relações entre equidade social, crescimento económico e cidadania política. Aqui, dá-se conta dos resultados de um inquérito de 1994 acerca das atitudes da população perante o funcionamento dos dispositivos do “estado-providência”, as prioridades das políticas públicas, o sistema fiscal e, finalmente, as principais clivagens que dividem o país. A concluir, é apresentado e comentado um índice relativo à forma como a população percebe o sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas vigente no país.

Eis as primeiras conclusões globais que se podem tirar das respostas a um conjunto de questões colocadas a uma amostra representativa da população portuguesa adulta acerca das suas opiniões sobre o *welfare state* e o sistema fiscal no nosso país¹. Serão igualmente apresentados e comentados alguns indicadores e índices relevantes para a caracterização das atitudes dos Portugueses perante o chamado «estado-providência» e a respectiva contrapartida tributária, bem como a equidade do sistema vigente de oportunidades e recompensas sócio-económicas.

Este artigo dá conta dos resultados parciais de um projecto mais vasto empreendido desde 1990 com o apoio inicial da FLAD e cuja fundamentação teórico-metodológica tem sido fornecida em publicações anteriores² bem como noutros textos de análise parcial de resultados já publicados ou a publicar brevemente³ Dispensamo-nos, pois, de repetir o

* Com a colaboração de Maria de Lourdes Rodrigues e Eduardo de Freitas (ISCTE), e de Artur Neves (ISEG).

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

que aí foi dito, solicitando aos leitores interessados o favor de se reportarem a esses escritos.

Os Portugueses e o «estado-providência»

As cinco primeiras perguntas do bloco destinavam-se a testar a forma como os Portugueses percebem o desempenho do sistema de segurança social em geral, bem como a disponibilidade dos inquiridos para consentirem, eventualmente, um esforço fiscal suplementar com vista à melhoria do desempenho dos sistemas de saúde e de educação, considerados como duas das principais manifestações da intervenção do Estado moderno no sentido da igualdade de oportunidades e da correcção das desigualdades sociais perante as situações de carência ou fragilidade (doença, velhice, deficiência, desemprego, etc.)⁴.

À pergunta acerca do *desempenho da segurança social*, como era de resto previsível, a esmagadora maioria da população considerou-o insuficiente (44%) ou mesmo mau (37%); apenas um sexto da população o considerou bom ou suficiente. Se a diferença de opiniões entre homens e mulheres é negligenciável, já se notam diferenças apreciáveis entre os diferentes grupos etários: a camada mais jovem (18-24 anos) e a camada mais velha (65+) fazem uma avaliação do sistema ligeiramente mais favorável, seguramente por motivos diversos, enquanto as camadas intermédias (sobretudo entre os 45 e 64) avaliam o sistema de forma mais crítica, atingindo as opiniões negativas 86% no grupo dos 45-54. Por sua vez, no plano da distribuição territorial da população, as diferenças entre o Norte e o resto do país são negligenciáveis; em contrapartida, é significativa a tendência dos habitantes das duas grandes cidades do país para avaliarem o sistema mais negativamente do que a média nacional. Para ventilação dos resultados à escala nacional pelas principais variáveis, bem como para a construção dos índices de *status* social e económico, ver Anexo 1.

Já no plano da estratificação social, é notório que as camadas de mais elevado estatuto, maior poder económico e mais alto grau de instrução fazem uma avaliação global do desempenho do sistema de segurança social sistematicamente mais negativa do que a média. A regra não tem praticamente excepções, atingindo-se o máximo das opiniões negativas (92%) no grupo dos diplomados do ensino superior. A convergência de atitudes entre grupos de *status* social, *status* económico e nível de instrução deve surpreender-nos tanto menos quanto, conforme tem sido repetidamente observado em inquéritos similares, as variáveis que

enformam cada um desses grupos estão fortemente correlacionadas entre si no nosso país. Fica em parte por explicar o aparente paradoxo de os estratos superiores da sociedade serem mais críticos do que a média da população portuguesa em relação aos dispositivos da segurança social. Parte da explicação resultará da maior disposição crítica desses estratos estar, como já se observou em anteriores inquéritos, associada aos níveis de informação e participação, por seu turno fortemente associados aos níveis de instrução.

Finalmente, no que respeita à distribuição das opiniões por simpatias partidárias, verifica-se sem surpresa que a avaliação do desempenho do sistema de segurança social é mais negativa quando se caminha da Direita para a Esquerda, com um máximo de avaliações positivas (24% contra 18% a nível nacional) por parte dos «simpatizantes» do PSD. Os inquiridos que se recusaram a declinar qualquer simpatia partidária (16% da população), bem como - com *nuances* - aqueles que declararam não ter simpatia por qualquer partido (24% da população), estão muito próximos dos valores médios. A pergunta que se deve fazer acerca desta correlação entre a simpatia partidária manifestada pelos inquiridos e a avaliação que fazem do sistema de segurança social é a seguinte: existirá por detrás dela um mecanismo de causa-efeito? E se existe, em que sentido actua ele? A experiência comparativa deste tipo de questionários (nomeadamente os do *Euro-Barómetro*) leva-nos a crer que, a funcionar um mecanismo de causa-efeito, é provável que a variável independente (a causa) seja a «simpatia partidária» e a dependente (o efeito) a avaliação do desempenho do sistema. Por outras palavras, é mais provável que seja a «oposição» ao «partido do governo» que explica, *et ceteris paribus*, as avaliações predominantemente negativas do que estas expliquem, de uma forma maciça, a orientação das simpatias partidárias. Esta hipótese - a verificar contudo - tem visos de se aplicar a algumas avaliações de índole similar.

Quanto às respostas às quatro perguntas seguintes do bloco, o seu perfil é semelhante, o que se pode de resto explicar, em parte, pela contiguidade no questionário. Quando interrogados acerca da sua *disponibilidade para pagar mais impostos* a fim de melhorar o sistema de saúde e o sistema educativo, os valores são parecidos, embora a disponibilidade seja maior para contribuir para o sistema de educação (45% de respostas afirmativas contra 55% negativas) do que para o de saúde (42% afirmativas contra 57% negativas). Esta disponibilidade é, pois, significativa em todos os grupos, com destaque para aqueles que faziam uma avaliação mais negativa do desempenho da segurança social e, em especial, os detentores de diplomas de educação secundária bem como as camadas de estatuto económico mais elevado. Há também mais disponibilidade

para um esforço fiscal suplementar nas grandes cidades e no Sul do país.

Uma vez instados a explicar a *indisponibilidade* para tal esforço, de entre as hipóteses oferecidas pelo questionário, foram muito poucos os inquiridos que consideraram que «o sistema já funciona bem». Previsivelmente, a grande maioria destas pessoas (68% no que respeita à saúde e 66% no que respeita à educação) declarou «já pagar impostos que cheguem», com destaque para os inquiridos de mais elevado *status* social, desta vez em relativo contraste com as camadas mais instruídas e de maior nível económico. Muito poucos foram, também, aqueles que declararam «preferir tratar do assunto pessoalmente». Finalmente, cerca de um quarto dos inquiridos declarou «não ter a certeza de que os impostos fossem bem gastos». Se é permitido tirar uma conclusão genérica deste conjunto de respostas, pode dizer-se que o sistema fiscal (montante dos impostos pagos e transparência da sua aplicação) constitui uma barreira previsível, mas de modo algum intransponível, à melhoria *et ceteris paribus* dos sistemas públicos de saúde e educação. Não é improvável que se tivessem obtido respostas similares se os inquiridos houvessem sido interrogados acerca do sistema de habitação ou de transportes, por exemplo. Com efeito, do ponto de vista das simpatias partidárias, os maiores graus de indisponibilidade para tal esforço tributário concentram-se em grupos com menor identificação partidária e/ou identificados com os partidos mais pequenos, revelando os «simpatizantes» do PSD e do PS maior disponibilidade do que o conjunto do país.

Ainda no plano das atitudes perante o papel do Estado nas áreas sociais, parece notória a tendência da maioria dos inquiridos para atribuir aos poderes públicos a responsabilidade por essa intervenção. Quando instados a dizerem se concordam com um *sistema pessoal de reforma* em alternativa aos habituais «descontos», 70% dos inquiridos pronunciaram-se contra e apenas 28% concordaram. As camadas mais jovens e os homens revelaram-se marginalmente mais favoráveis a um eventual sistema pessoal de reforma; em contrapartida, os mais idosos manifestaram-se a perto de 80% contra. Também no Norte do país se observa uma abertura marginalmente maior ao sistema pessoal. A mesma tendência é observável, segundo a estratificação sócio-económica, nos grupos de mais elevado estatuto social e económico, sendo as camadas de níveis mais baixos as que mais se opõem à ideia da «personalização» do sistema de reformas. O mesmo se verifica, na linha do que já observámos anteriormente, com a distribuição das opiniões segundo o nível de instrução. Por outras palavras, a concordância com um eventual sistema pessoal de reforma, embora sempre claramente minoritária e raramente ultrapassando um ter-

ço dos inquiridos, é característica das camadas mais favorecidas da população. Finalmente, algo de semelhante se passa com a distribuição das opiniões segundo as «simpatias partidárias», aumentando a discordância com a «privatização» das reformas à medida que se vai da Direita para a Esquerda e sendo os «simpatizantes» do PS aqueles que se encontram mais perto da média (fraccionalmente acima desta).

Quanto à chamada *gratuidade* dos dois grandes sistemas de intervenção social do Estado (saúde e educação), os inquiridos manifestaram-se claramente a favor dela, sobretudo no caso da saúde (72%) mas também no caso da educação (67%). A pergunta aludia explicitamente ao «princípio de todos os Portugueses pagarem os impostos que lhes competem» e contrastava a gratuidade directa dos serviços prestados pelo Estado com a hipótese de estes serem «parcialmente pagos» pelos utentes. Assim mesmo, e tendo em conta percentagens significativas de «não-respostas» (entre 5% e 6%), o que em nosso entender empresta maior veracidade aos resultados, apenas 23% dos inquiridos aceitaram o princípio do pagamento parcial dos serviços públicos de saúde e apenas 27% aceitaram o mesmo princípio para o serviço de ensino público.

As diferenças entre homens e mulheres, como entre grupos etários, são negligenciáveis. Já no plano regional, as opiniões favoráveis à gratuidade são inferiores no Norte em relação ao resto do país, mas não é homogénea a opinião dos habitantes das grandes cidades. Em contrapartida, segundo a estratificação sócio-económica, pode dizer-se que a aceitação do princípio do pagamento parcial destes serviços públicos é directamente proporcional ao estatuto dos inquiridos. O mesmo se pode dizer do nível de instrução, conforme temos vindo a verificar repetidamente. Assim, do mesmo modo que sucedia com a eventual «personalização» do sistema de reformas, são as camadas mais desfavorecidas - seja pela idade, pelo nível de instrução ou o estatuto social e económico, até pela convergência observada entre estes factores - que se manifestam mais decididamente favoráveis à gratuidade da prestação directa dos serviços públicos de saúde e ensino.

A fim de aprofundar este conjunto de atitudes, foi ainda introduzida uma pergunta destinada a saber quem, efectivamente, recorre a *seguros complementares de saúde e/ou reforma*. De acordo com as respostas obtidas, apenas 21% da população declarou ter um ou ambos desses seguros. Aqui intervêm, necessariamente, factores de idade e género, que isolaremos portanto para efeitos desta análise, não havendo em contrapartida diferenças assinaláveis entre as regiões e agregados populacionais do país. Já no plano da estratificação social, económica e educativa, a

conclusão é clara: numa proporção que chega a ultrapassar um para quatro, são previsivelmente os inquiridos com mais alto nível de instrução e mais elevado estatuto sócio-económico que recorrem aos referidos sistemas complementares de saúde e/ou reforma. Inversamente, quando interrogados acerca do motivo porque *não recorrem* a tais sistemas, a falta de recursos económicos é apontada, pelos estratos mais baixos, numa proporção semelhante, como o principal motivo. Acresce que um sexto da população declarou ser responsabilidade do Estado assegurar a protecção na doença e na velhice. Finalmente, assim como sucede com as questões de *opinião* deste bloco, as diferenças de *comportamento* segundo as «simpatias partidárias» são, também no caso dos seguros de saúde e/ou reforma, menos significativas do que as diferenças entre camadas sociais e ficam sempre dentro dos parâmetros definidos pela opinião dominante no país acerca destas questões. Dito de outro modo: as diferenças de opinião e comportamento associadas às «simpatias partidárias» são menores, tendencialmente, do que as diferenças associadas à posição sócio-económica dos inquiridos. Esta importante observação repete-se na maior parte dos domínios cobertos por este bloco do inquérito.

Políticas públicas e prioridades sociais

Interessa, neste ponto da análise, conhecer as prioridades da população relativamente à intervenção do Estado não só no plano social, mas também quanto a outras *políticas públicas*, bem como a sua opinião relativamente a problemas específicos da sociedade portuguesa como o *trabalho infantil*. Deste conjunto de resultados emerge um padrão já identificado, de algum modo, em anteriores inquéritos.

Quando interrogados acerca daquilo «em que os governos deviam gastar mais dinheiro», os inquiridos tinham a possibilidade de escolher, sucessivamente, duas entre sete áreas de intervenção estatal. As prioridades daqui resultantes foram as indicadas no Quadro 1.

Estas prioridades são consistentes com aquelas que encontramos no inquérito de 1991 mas apresentam alterações significativas que reflectem, presumivelmente, a evolução da conjuntura económica e social, com o agravamento do desemprego, a incerteza quanto ao futuro e a crescente preocupação com a segurança. Em 1994, entre os homens e as mulheres não há diferenças assinaláveis, salvo porventura a maior importância atribuída pelas mulheres às reformas e pensões, em detrimento sobretudo da educação. Em contrapartida, já os diferentes grupos etários manifestam preocupações previsivelmente diferentes, sobressaindo a preocupação dos

Quadro 1: Políticas públicas prioritárias

Prioridades (ordenadas pelo total das menções)	1ª escolha %	2ª escolha %	Total de menções %	1991 %
Criação de empregos	38	17	55	46
Saúde	13	25	38	45
Reformas e pensões	13	18	31	19
Habitação	11	20	31	36
Educação	15	11	26	33
Segurança das pessoas	7	5	12	2
Apoio às empresas	2	4	6	8

mais jovens com o emprego (ao nível da 1ª escolha) e com a habitação (ao nível da 2ª escolha), em contraste com a preocupação dos idosos com as reformas e pensões e, a seguir, com a saúde.

No plano regional, é notória a maior preocupação com o emprego no Norte e com a educação no resto do país. Nas duas grandes cidades, observa-se também uma preocupação com a educação, a saúde e a habitação superior ao resto da população ao nível das primeiras escolhas. A educação é sobretudo uma preocupação das pessoas com níveis de instrução mais elevado (numa proporção de 1 para 4), em contraste com a preocupação com o emprego por parte das pessoas com níveis de educação intermédios e, finalmente, a preocupação com as reformas e pensões por parte das pessoas menos instruídas, que em larga medida coincidem com as mais idosas, numa proporção de um para cinco, sempre ao nível das primeiras escolhas. Ao nível das segundas escolhas, as prioridades mantêm-se mas logicamente esbatem-se as diferenças.

Como se podia prever, o emprego é a preocupação dominante dos inquiridos com estatuto económico intermédio ou médio-baixo (níveis 3 e 4), enquanto a educação interessa sobretudo aos inquiridos de elevado nível económico (níveis 1 e 2); as reformas e pensões são uma preocupação dominante entre os inquiridos de baixo estatuto económico (nível 5). Algo de muito semelhante vale para as diferenças segundo o estatuto social. Por «simpatias partidárias», as diferenças não são negligenciáveis, mas não apresentam um padrão consistente, pois parecem sobre-determinadas pela idade e pelo estatuto sócio-cultural e económico dos inquiridos.

Conhecidas as prioridades da população em termos de políticas públicas, interessava conhecer os *grupos sociais merecedores de atenção*

prioritária. De entre os grupos sociais por nós identificados, entre outros possíveis (nomeadamente os doentes crónicos, que optámos por retirar da lista fechada de escolhas), os inquiridos estabeleceram a ordem de prioridades que o Quadro 2 indica.

Quadro 2: Grupos sociais merecedores de atenção prioritária

Grupos prioritários (ordenados pelo total das menções)	1ª escolha %	2ª escolha %	Citações totais %
Idosos	44	25	69
Deficientes	23	30	53
Crianças	16	19	35
Desempregados	13	20	33
Tóxico-dependentes	5	7	12

As diferenças entre homens e mulheres são negligenciáveis. Já quanto aos grupos etários, a preocupação com os idosos cresce, previsivelmente, com a idade dos inquiridos ao nível da 1ª escolha; inversamente, a preocupação com os deficientes, os desempregados e os tóxico-dependentes é maior, ao nível da 1ª escolha, entre as camadas etárias mais jovens. A preocupação com as crianças é relativamente homogénea. Seja como for, estas diferenças ao nível da 1ª escolha são compensadas pelas 2ªs escolhas, revelando portanto uma homogeneidade básica da população em relação aos grupos sociais especialmente carentes de apoio por parte do Estado. Esta atitude homogénea verifica-se também ao nível do estatuto social, económico e educativo dos inquiridos, sendo as diferenças ao nível da 1ª escolha sistematicamente compensadas ao nível da 2ª escolha. Vale a pena assinalar, a concluir este comentário, a aparente contradição entre a altíssima prioridade concedida à criação de empregos ao nível das políticas públicas e a baixa prioridade concedida aos desempregados enquanto grupo merecedor de atenção especial por parte do Estado.

Ainda na mesma linha de interrogações, interessou-nos conhecer a opinião dos inquiridos relativamente aos *instrumentos financeiros de intervenção social do Estado*. Quando solicitados a escolher, sucessivamente, dois de entre cinco desses instrumentos por nós identificados, os inquiridos estabeleceram as prioridades que se mostram no Quadro 3 quanto àqueles que «deveriam aumentar».

Quadro 3: Instrumentos financeiros de intervenção social

Instrumentos prioritários (ordenados pelo total de menções)	1ª escolha %	2ª escolha %	Citações totais %
Reformas e pensões	43	28	71
Salário mínimo	34	26	60
Apoio aos deficientes	9	22	31
Subsídio de desemprego	9	8	20
Abono de família	4	16	17

Como já verificámos anteriormente, a preocupação com os idosos e, concretamente, com as reformas e pensões é uma constante das prioridades sociais da população portuguesa, ela própria marcada por um envelhecimento acentuado nas últimas décadas, isto para além dos elementos simbólicos porventura associados à velhice na nossa sociedade. Algo surpreendentemente, visto que, segundo dados oficiais, apenas cerca de 5% da população activa ganha pelo salário mínimo, este instrumento da política social e económica do Estado é aquele que recolhe, nitidamente, a segunda prioridade dos nossos inquiridos. De acordo com anteriores observações, o subsídio de desemprego continua a ser uma baixa prioridade, compensada todavia ao nível das segundas escolhas relativamente ao antigo instrumento da política social estado-novista, isto é, o abono de família. Finalmente, a preocupação com o apoio aos deficientes confirma a elevada prioridade que os inquiridos haviam anteriormente concedido a este grupo especialmente carente.

Entre os homens e as mulheres as diferenças continuam a ser relativamente negligenciáveis, embora a preocupação com a elevação do salário mínimo surja como «uma coisa de homens». As diferenças mais significativas são as que distribuem os idosos, muito mais preocupados com as reformas e pensões (sobretudo ao nível da 1ª escolha), e as camadas jovens, mais preocupadas, por seu turno, com o salário mínimo. As demais prioridades distribuem-se de forma relativamente homogénea entre a população. No que diz respeito à estratificação sócio-económica, encontramos de novo a sobre-determinação pela idade (que está entre nós muito ligada, numa proporção inversa, ao nível de instrução e ao estatuto económico). Já em relação à distribuição das prioridades pelas «simpatias partidárias» dos inquiridos, constata-se sobretudo a elevada importância atribuída pelos «simpatizantes» do PSD ao abono de família, claramente

um instrumento de «direita» também preferido pelos «simpatizantes» do CDS, e ao apoio aos deficientes, enquanto os «simpatizantes» do PS são os que atribuem maior importância à elevação do salário mínimo, sobretudo ao nível da segunda escolha.

É interessante verificar, entretanto, que este regime de prioridades e preocupações sociais, cujo padrão ficou bem definido, não exclui, na opinião da grande maioria dos inquiridos, os imigrantes e estrangeiros residentes em Portugal. Com efeito, quando inquiridos acerca dos direitos sociais desses trabalhadores estrangeiros, 77% dos Portugueses declararam que eles deviam beneficiar dos mesmos direitos que nós e apenas 20% responderam que não. Os mais jovens revelam-se, contudo, menos «generosos» do que os mais idosos. Em contrapartida, as pessoas com maior nível de instrução, bem como estatuto social e económico mais elevado, são mais favoráveis à extensão dos benefícios sociais aos estrangeiros do que as pessoas de mais baixo estatuto. Do ponto de vista das «simpatias partidárias», as diferenças não são consistentes, porventura devido às suas sobre-determinações sociais, culturais e económicas.

Um caso especial: o trabalho infantil

Uma questão grave e suficientemente discutida na comunicação social - o *trabalho infantil* - permite um último teste às atitudes da população portuguesa perante a problemática social e, subsidiariamente, o papel do Estado nesta área de intervenção. De acordo com a nossa formulação da pergunta - «Em seu entender, o trabalho infantil pode ser justificável em certas circunstâncias ou não é de modo algum justificável?», - os inquiridos revelaram-se bastante divididos, com uma maioria de 57% a considerar, todavia, o trabalho infantil como injustificável e 42% a encontrar-lhe justificação em certas circunstâncias.

Os homens revelaram-se mais complacentes do que as mulheres (45% contra 40%). Em contrapartida, e como era de prever, os grupos etários mais jovens (até aos 54 anos) revelaram-se menos complacentes do que os mais idosos, mais de 50% dos quais consideraram o trabalho infantil justificável. Do mesmo modo, a aceitação do trabalho infantil em certas circunstâncias é inversamente proporcional, na escala de quase um para dois, ao nível de instrução dos inquiridos. O mesmo se verifica, embora de forma mais atenuada, para a diferenciação segundo o *status* social e económico. São, portanto, as pessoas e em especial os homens mais velhos, menos instruídos e de mais baixo estatuto sócio-económico que adoptam a atitude mais complacente perante o trabalho infantil.

Dada a incidência alegadamente desigual do trabalho infantil a nível regional, vale a pena assinalar que a população do Norte se revela, efectivamente, de uma forma geral, mais complacente perante o fenómeno do que a do resto do país. Enquanto o trabalho infantil é considerado injustificável por 60% da população do resto do país, apenas uma escassa maioria de 52% adopta a mesma atitude no Norte. O contraste é ainda mais nítido entre os habitantes das duas grandes cidades (66% de rejeição) e o resto da população, sobretudo a que vive nas localidades com menos de 10.000 habitantes. Finalmente, no plano das «simpatias partidárias», é notório que os inquiridos que revelaram simpatia pelos partidos de Esquerda (PS+PCP+extrema esquerda) rejeitam mais vigorosamente o trabalho infantil do que os «simpatizantes» dos partidos à Direita e, sobretudo, daqueles que não quiseram declinar as suas simpatias. Os «simpatizantes» do PS estão, todavia, mais perto dos do PSD e até do CDS do que dos «simpatizantes» da extrema esquerda. Neste caso, parece lícito concluir que a «simpatia partidária» revela certa autonomia relativamente aos factores sócio-demográficos.

Indagámos seguidamente quais os motivos que, segundo os inquiridos e de acordo com as hipóteses por nós oferecidas, podiam explicar - diferentemente de justificar - o trabalho infantil em Portugal. Previsivelmente, a maioria dos inquiridos atribuiu a responsabilidade aos pais das crianças (54%); em segundo lugar, foi responsabilizado o Estado (24%) por não fiscalizar estas situações; em terceiro lugar, foram responsabilizados os patrões (12%) que dão emprego às crianças; e só em último lugar foi responsabilizada a escola (9%) por não preparar os jovens para a vida profissional. Vale a pena recordar que, no pré-teste, onde a hipótese de responsabilidade dos pais era explicitamente associada a dificuldades económicas da família, a percentagem de inquiridos que optaram por esta explicação do trabalho infantil era bastante mais significativa do que na versão final.

Ao nível destas explicações do fenómeno, as diferenças entre homens e mulheres, bem como entre grupos etários, não são grandes. Já quanto ao nível de instrução dos inquiridos, embora as diferenças nunca sejam muito significativas, observa-se a tendência das pessoas menos instruídas para explicar o trabalho infantil pela atitude dos pais e até o desempenho da escola, desresponsabilizando em contrapartida o Estado. No plano das «simpatias» partidárias, também não se observam diferenças consistentes, a não ser a maior tendência dos «simpatizantes» dos partidos de Esquerda para responsabilizar o Estado pela falta de fiscalização do trabalho infantil. Finalmente, no plano regional, é maior a tendência da população do Norte para responsabilizar os pais e até os patrões, enquanto no resto do país sobe a responsabilização do Estado e até da escola.

Os Portugueses e o sistema fiscal

Contrapartida necessária da acção do Estado e, concretamente, do desempenho das suas funções sociais, o *sistema fiscal* permanece, entre nós, escassamente estudado do ponto de vista da sua percepção por parte dos contribuintes e da população em geral. Como revelam as respostas às nossas perguntas, é profundo o desconhecimento de algumas regras básicas de todo e qualquer sistema fiscal moderno por parte de amplísimos sectores da população portuguesa. Já lá iremos. Perante as dificuldades teóricas e metodológicas de tratar tal tema pela técnica do inquérito fechado, limitámo-nos a três perguntas tão simples quanto possível e não é de excluir que as respostas contenham uma forte dose de «ideias feitas» acerca de uma matéria tecnicamente complicada. Feitas estas ressalvas, analisemos os resultados obtidos.

À primeira pergunta - «Em sua opinião, em Portugal, as pessoas pagam aproximadamente o que lhes compete ou há muitas que pagam *menos* do que deviam?» - a resposta foi, previsivelmente, maciça: 77% dos inquiridos manifestaram a sua desconfiança perante a equidade do sistema fiscal contra 18% que consideraram o sistema equitativo. Note-se a percentagem de 5% de não-respostas, que chega a 8% no caso das mulheres, a 13% no caso das pessoas com mais de 65 anos e a 15% no caso dos inquiridos menos escolarizados. Apenas as camadas jovens consideraram, marginalmente, o sistema mais equitativo.

As maiores diferenças de opinião são as que se observam em função do grau de escolaridade dos inquiridos, o que se reflecte também nas diferenças segundo o estatuto social, com as pessoas mais instruídas e de estatuto mais elevado a manifestarem uma desconfiança ainda maior do que as outras relativamente à equidade do sistema fiscal. Previsivelmente ou não, o mesmo já não acontece de maneira tão clara com a diferenciação segundo o nível económico. Também ao nível das «simpatias partidárias» não se observam diferenças consistentes, o que nos pode levar a tirar a importante conclusão de que, ao contrário do que sucede nos países mais desenvolvidos, a questão fiscal ainda não é, entre nós, uma questão política.

Esta desconfiança maciça em relação à equidade fiscal, virtualmente indiferente a factores sociais ou ideológicos, tem o seu correlato, por assim dizer funcionalmente equivalente, na rejeição maciça do imposto sucessório. Com efeito, 65% dos inquiridos consideraram que «as heranças não devem estar sujeitas a impostos» contra 33% de opinião contrária. É difícil dizer se todos os inquiridos têm plena consciência das implicações de uma tal atitude. Seja como for, a rejeição do imposto sucessório é

maioritária, claramente, em todos os grupos sociais sem excepção, bem como entre os «simpatizantes» de todos os partidos e em todas as regiões do país, com variações pequenas e inconsistentes. Em associação com o resultado anterior - desconfiança em relação ao imposto sobre o rendimento e rejeição do imposto sobre o património - isto indicia claramente a dominância de uma atitude «pré-política» perante a fiscalidade moderna.

Já em relação à justiça relativa dos *impostos directos e indirectos*, as respostas são mais reveladoras, sobretudo as não-respostas. Com efeito, a pergunta continha explicitamente a opção «não tenho opinião formada sobre o assunto». Ora, nada menos de 37% dos inquiridos optaram por esta «saída» perante a questão de saber qual dos dois tipos de impostos - directo ou indirecto - é mais «justo». A percentagem dos sem opinião eleva-se a 44% no caso das mulheres, a 54% no caso das pessoas com mais de 65 anos e a 58% no caso das pessoas menos escolarizadas. Estamos, pois, diante de uma percentagem muito significativa da população que se revela incapaz de compreender ou de formar opinião acerca de uma das opções básicas de todo e qualquer sistema fiscal moderno, nomeadamente enquanto contrapartida do desempenho das funções sociais do Estado.

A elevadíssima percentagem de não-respostas condiciona, necessariamente, a distribuição das respostas efectivas. Dito isto, os impostos directos foram considerados mais justos do que os indirectos por mais de dois terços das respostas efectivas (45% contra 19% do total dos inquiridos). Esta relação mantém-se mesmo quando aumentam significativamente as não-respostas. No caso das pessoas mais instruídas, entre as quais o número de não-respostas diminui para 19%, a relação de preferência pelos impostos directos ou indirectos é de 59% para 22%. Algo de semelhante se verifica com o grupo de mais elevado *status* social, mas não com os grupos de mais elevado *status* económico, junto dos quais a preferência pelos impostos indirectos aumenta sem nunca se aproximar, contudo, da preferência pela maior justiça do imposto directo. Finalmente, as diferenças segundo as «simpatias partidárias» estão condicionadas pelos mesmos factores que as demais, observando-se apenas que o número de não-respostas é muito maior entre os inquiridos que não revelaram qualquer simpatia partidária. Para idêntica percentagem de não-respostas (28%), os «simpatizantes» do PS são ligeiramente mais favoráveis aos impostos directos do que os «simpatizantes» do PSD (51% contra 47%).

Clivagens na sociedade portuguesa

Contrariamente ao que sucede com o sistema fiscal, acerca do qual o desconhecimento e incompreensão são, porventura, mais significativos que as opiniões propriamente ditas, a população portuguesa tem opiniões bem contrastadas relativamente a perguntas que, continuando a envolver áreas sociais onde o Estado intervém, configuram a orientação mais ou menos igualitária dos inquiridos. Perante a primeira dessas perguntas - «Acha que o subsídio de desemprego devia ser igual para todos ou função do que as pessoas ganhavam?» - os inquiridos dividiram-se virtualmente a meio, com os «igualitários» em ligeiríssima desvantagem (48,5% contra 49,9%). Relativamente à segunda pergunta - «Considerando que já existe um salário mínimo, concorda com a ideia de existir também um salário máximo?» - os inquiridos ficaram também muito divididos, obtendo a ideia de um salário máximo, que configura uma orientação igualitária perante os recursos económicos, obteve a concordância de 52% e foi rejeitada por 46%. O cruzamento das duas perguntas atenua, de certo modo, a orientação igualitária revelada pelos inquiridos, já que apenas cerca de 30% dos inquiridos fez uma dupla opção igualitária; inversamente, apenas 27% fizeram uma dupla opção anti-igualitária; entre estes dois polos de orientação, ficam mais de 40% dos inquiridos com opinião diferente segundo o objecto das perguntas.

Tentemos agora ver a que factores sociológicos obedece, eventualmente, essa *orientação igualitária*, concentrando-nos para o efeito nas respostas à pergunta relativa à ideia de um *salário máximo* (os problemas da viabilidade e dos efeitos de uma tal medida, de resto já testada em Portugal, são irrelevantes para a análise atitudinal pretendida). Ora bem, a orientação igualitária revela-se independente da idade e do género dos inquiridos, apenas se podendo dizer que a camada mais jovem (dos 18 aos 24) parece menos igualitária do que as demais. Já segundo o nível de instrução dos inquiridos, que em múltiplas instâncias se revelou fortemente correlacionado com a adopção de atitudes genericamente progressivas do ponto de vista social, a orientação igualitária é, com *nuances* para os grupos intermédios, inversamente proporcional ao grau de instrução: quanto menos instruídas as pessoas, mais igualitárias se revelam na sua orientação. O mesmo sucede, sem excepção, no que diz respeito à estratificação sócio-económica: quanto mais baixo o estatuto social e económico dos inquiridos, mais acentuada é a sua orientação igualitária.

Quanto à distribuição territorial da população, os habitantes da região Norte manifestam uma orientação ligeiramente menos igualitária do que os do resto do país, enquanto os habitantes das grandes cidades - em

princípio mais ricos e mais instruídos do que os das localidades mais pequenas - são claramente desfavoráveis à ideia de um salário máximo (57% contra 41% numa relação inversa à do país no seu conjunto). Já do ponto de vista das «simpatias partidárias», os resultados são algo surpreendentes. Com efeito, apenas os inquiridos que se recusaram a declinar qualquer simpatia partidária manifestam uma orientação contrária à do país, enquanto os «simpatizantes» de qualquer dos partidos, incluindo os de Direita, partilham todos a orientação igualitária, muito em especial os «simpatizantes» do PS, que se manifestam favoráveis à ideia de um salário máximo numa relação de 58% para 41%.

A distribuição das opiniões acerca do *subsídio de desemprego* não é totalmente homóloga daquela que acabámos de observar perante a ideia de um salário máximo, mas as tendências de fundo são semelhantes, com um máximo de orientação igualitária a ser revelado, desta vez, pelos «simpatizantes» do PCP, de acordo com a opinião das pessoas mais pobres e menos instruídas. Em suma, a distribuição das orientações igualitárias e anti-igualitárias parece corresponder a uma posição de classe ou, se se preferir, de estatuto sócio-económico, que por seu turno enforma, embora só parcialmente, as «simpatias partidárias». Por outras palavras, as «simpatias partidárias» apenas fazem variar, dentro de limites estreitos, orientações que parecem radicar-se, indiscutivelmente, no posicionamento dos inquiridos no sistema vigente de estratificação social.

Resta-nos ver até que ponto este padrão se confirma ou infirma à luz das atitudes da população portuguesa perante aquilo que, na esteira de outros estudos, designámos pelas *grandes clivagens que atravessam a sociedade portuguesa*. Os inquiridos deviam escolher, sucessivamente, duas de entre as «clivagens» referidas no Quadro 4.

Estes resultados não são inteiramente comparáveis, devido a algumas alterações no questionário, com os de uma pergunta similar feita no nosso anterior inquérito há cerca de quatro anos. Verifica-se, todavia, que a clivagem Ricos/Pobres continua a ser, de longe, aquela que os inquiridos consideram mais importante, hoje ainda mais do que em 1991 (53% de citações). Adquiriu, entretanto, maior importância a clivagem entre Analfabetos/Instruídos. Embora a clivagem Cidade/Campo apresente menos citações do que em 1991, isso é compensado pela nova hipótese Lisboa/Resto do país; adicionadas ambas à clivagem Norte/Sul, verifica-se que as clivagens de natureza territorial totalizam 47% contra 42% em 1991. Em contrapartida, a clivagem Esquerda/Direita diminuiu ligeiramente de 24% para 21%. De uma forma geral, pode dizer-se que o padrão das clivagens identificadas como aquelas que mais dividem os Portugueses se manteve, mas que a grande clivagem social entre «ricos e pobres» está

Quadro 4: Clivagens na sociedade portuguesa

Clivagens na sociedade portuguesa (ordenadas pelo total de menções)	1ª escolha %	2ª escolha %	Total de menções %
Ricos/Pobres	39	28	67
Analfabetos/Instruídos	20	19	39
Cidade/Campo	9	13	22
Esquerda/Direita	12	9	21
Lisboa/Resto do país	6	9	15
Norte/Sul	4	6	10
Jovens/Adultos	3	6	9
Homens/Mulheres	4	4	8

menos associada à clivagem ideológica entre «Esquerda/Direita» do que às clivagens territoriais, todas estas tendencialmente subsumíveis, do ponto de vista simbólico, no contraste entre a capital e o resto do país.

Vejamos agora, concentrando-nos apenas na 1ª escolha, como se distribuem as opiniões dos inquiridos segundo as suas determinações demográficas e sociais. As diferenças entre os homens e as mulheres não chegam a ser significativas. Já quanto aos grupos etários, observa-se uma tendência das camadas mais idosas para minimizarem a clivagem Ricos/Pobres, bem como as clivagens Lisboa/Resto do país e Norte/Sul, atribuindo maior importância à clivagem Analfabetos/Instruídos e, compensatoriamente, à clivagem Cidade/Campo. De uma maneira geral, estas pequenas diferenças anulam-se ao nível da 2ª escolha. Previsivelmente, as clivagens de índole territorial, sobretudo entre Lisboa e o Resto do país, são consideradas mais importantes no Norte e confirmam-se ao nível da 2ª escolha.

Quanto à diferenciação pelo nível de instrução, verifica-se que a clivagem entre Analfabetos e Instruídos preocupa, sobretudo, o grupo das pessoas mais instruídas e o das menos instruídas, enquanto estas últimas atribuem manifestamente menos importância à clivagem Esquerda/Direita. A clivagem Ricos/Pobres é claramente uma preocupação das pessoas com o nível de instrução secundário. No plano da estratificação sócio-económica, a preocupação com esta grande clivagem social é quase inversamente proporcional ao estatuto dos inquiridos, sobretudo se tivermos em conta também as 2ªs escolhas. As camadas média e média-baixa destacam-se pela importância que atribuem à clivagem entre Ricos e

Pobres. Em contrapartida, a identificação da clivagem Esquerda/Direita tende a ser directamente proporcional ao estatuto sócio-económico dos inquiridos, atingindo os valores menores na camada mais baixa.

Finalmente, quanto às «simpatias partidárias», confirma-se que as pessoas identificadas com os partidos de Esquerda são as que atribuem mais importância à clivagem Ricos/Pobres, com a particularidade de aquelas que declararam não ter simpatia por *nenhum partido* (diferentemente daquelas que não declararam qualquer simpatia) apontarem esta mesma clivagem numa percentagem (73%) próxima dos «simpatizantes» do PC (74%), comparativamente aos 67% do PS, 62% do PSD e 56% do CDS. Já a outra mais importante clivagem - entre Analfabetos/Instruídos - não parece ser identificada em função de critérios político-ideológicos se aceitarmos que as «simpatias partidárias» são um bom objectivador desses critérios.

Equidade social - as percepções dos Portugueses

À guisa de conclusão, apresentaremos os resultados fornecidos por um conjunto variado de perguntas que enformam um índice destinado a distribuir as percepções da população portuguesa perante a equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas, que designaremos abreviadamente por *Índice de Equidade* (Anexo 2). Em 1991 já havíamos construído um primeiro índice. Vejamos, no Quadro 5, a evolução dos resultados de então para cá (por motivos técnicos, a rectificar proximamente, os resultados não são totalmente comparáveis, visto os resultados de 1991 conterem 11% de não-respostas eliminadas em 1994).

Quadro 5: Índice de Equidade I

Índice de Equidade I	1991 %	1994 %
Avaliação muito favorável	3	6
Avaliação favorável	25	14
Avaliação neutra	34	24
Avaliação desfavorável	21	40
Avaliação muito desfavorável	6	16

A evolução é clara e apenas confirma a dimensão conjuntural, já reconhecida em 1991, que o índice necessariamente reflecte. Considerando que a redistribuição dos 11% de não-respostas de 1991 irá no sentido de acentuar a avaliação desfavorável da equidade do sistema, o «efeito de conjuntura» continua a fazer-se sentir, mas de forma menos pronunciada. Finalmente, o índice contém uma *dimensão estática*, relativa à estrutura do sistema de oportunidades e recompensas, e uma *dimensão dinâmica*, relativa ao processo de eventual rectificação das desigualdades estruturais (cf. de novo o Anexo 2). Em 1991, a equidade dinâmica (ou processual) do sistema foi percebida de modo nitidamente mais favorável do que a sua equidade estática (ou estrutural). Em linguagem corrente, os inquiridos perceberam o sistema como basicamente iníquo, em especial ao nível distributivo, mas consideraram a sua evolução recente positiva. Em 1994, apesar de algumas dificuldades técnicas de comparação, é notório que os inquiridos fazem uma avaliação muito mais negativa da evolução recente do sistema, de tal modo que, ao contrário do que sucedia em 1991, o índice de equidade dinâmica vem agora agravar - e não melhorar - o índice global.

Entretanto, incluímos duas novas perguntas no conjunto destinado à construção de um novo e, espera-se, mais sofisticado *Índice de Equidade II*, acrescentando nomeadamente uma dimensão pessoal às percepções mais impessoais captadas pelas outras perguntas (cf. ainda o Anexo 2). Esta alteração da composição do índice parece ter levado a uma redistribuição das respostas no sentido de tornar a avaliação do sistema mais favorável por parte dos inquiridos situados no anterior escalão intermédio da escala, sem alteração muito sensível do conjunto das avaliações negativas. São estes resultados de 1994 que apresentamos agora (Quadro 6) para, seguidamente, os interpretarmos à luz das suas eventuais determinações.

Quadro 6: Índice de Equidade II

Índice de Equidade II	1994 %
Avaliação muito favorável	3
Avaliação bastante favorável	7
Avaliação favorável	15
Avaliação neutra	23
Avaliação desfavorável	26
Avaliação bastante desfavorável	19
Avaliação muito desfavorável	7

Quem são, então, as pessoas que avaliam favorável ou desfavoravelmente o nosso sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas? Como já sucedia em 1991, há algumas diferenças entre os homens e as mulheres, continuando estas últimas a fazer uma avaliação mais negativa. Mantêm-se, também, as diferenças ao nível dos grupos etários, desenhando-se uma tendência clara para que as avaliações sejam tanto mais negativas quanto mais idosas são as pessoas. Enquanto a camada mais jovem é a única para a qual as avaliações positivas e neutras ultrapassam as negativas, já na camada mais idosa as avaliações positivas caem para 21% e as negativas sobem a 54%.

A nível regional, a avaliação da equidade do sistema é mais favorável, embora claramente negativa, no Norte (30% de opiniões positivas) do que no resto do país (23%). Tendo em conta que o Norte permanece, globalmente, mais pobre do que o país no seu conjunto e, nomeadamente, do que a Região de Lisboa (cf. estudo recapitulativo de Artur Neves realizado no âmbito deste projecto), a interpretação deste aparente paradoxo remete, sem dúvida, para as diferenças culturais entre o Norte e o resto do país, concretamente para a diferença de padrões de ética social. Nas duas grandes cidades (por motivos técnicos, não é possível neste momento isolar Lisboa), a equidade social é avaliada de modo marginalmente mais desfavorável do que no resto do país.

Quanto à distribuição por níveis de instrução, que já de si reflecte parcialmente a estrutura demográfica como é sabido, a tendência acentua-se no sentido de, quanto menos instruídas as pessoas, mais negativa ser a avaliação que elas fazem da equidade do sistema. Enquanto os diplomados do ensino superior ou equivalente fazem uma avaliação tendencialmente positiva do sistema, a camada menos instruída (não completou a instrução primária ou nem sequer frequentou a escola) avalia o sistema negativamente a 67%. No grupo residual das pessoas que não declararam o nível de instrução frequentado, as avaliações negativas sobem esmagadoramente a 92%, o que aponta de forma clara para situações de virtual exclusão do sistema. É de observar que a distribuição do índice de equidade à escala nacional coincide, praticamente, com as avaliações das pessoas com a instrução primária ou o ciclo (52% da população portuguesa).

A distribuição por estratos sociais, em cuja definição se lembra que o nível de instrução tem um papel determinante, recobre virtualmente a tendência descrita acima. No estrato mais elevado, correspondente a 3% da população, as avaliações positivas aproximam-se das negativas (32% positivas para 40% de negativas e 28% neutras); as avaliações positivas continuam a ser superiores às do país nos estratos médio-alto e médio:

estão ainda ligeiramente acima no estrato médio-baixo; e só são inequivocamente negativas (62%) no estrato mais baixo, correspondente a 44% da população.

Convém notar que o perfil da distribuição das percepções da equidade do nosso sistema social, segundo o estatuto económico dos inquiridos, é algo distinto daquele que acabámos de observar, até porque a própria curva de distribuição por níveis económicos é mais equilibrada do que a estratificação social propriamente dita, com perto de 70% da população remetida para os dois últimos escalões. Por outras palavras, o peso do estrato social mais baixo é de tal modo grande que, por assim dizer, «puxa para baixo» a avaliação da equidade do sistema, abrindo deste modo uma espécie de fosso entre perto de metade da população (44%) e todos os demais estratos, ao nível das percepções relativas à ética do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas vigente no país. Por outras palavras ainda, há aqui, ao nível do estatuto sócio-cultural, uma tendência clara da sociedade portuguesa para se dividir em dois grandes grupos: um que se sente «integrado» e outro que se sente «excluído». Será isto que os Portugueses entendem por «ricos» e «pobres» enquanto principal clivagem que divide a nossa sociedade?

Ao invés, segundo o *status* económico dos inquiridos, a avaliação do conjunto da população situa-se algures entre a do estrato médio e a do médio-baixo, tendendo pois a coincidir com o nível económico médio das pessoas. Isto dá, portanto, a este índice de avaliações subjectivas um substrato objectivo que deve ser realçado. Assim, não é de surpreender a avaliação predominantemente negativa dos estratos económicos desfavorecidos por contraposição às avaliações positivas ou predominantemente «neutras» por parte dos estratos mais favorecidos. Finalmente, a propensão geral da curva das percepções para ser, por assim dizer, *mais negativa* do que a própria distribuição dos recursos económicos traduz a dimensão ética que se encontra necessariamente por detrás de qualquer avaliação da equidade social e que o índice procurava, de algum modo, captar. Ao mesmo tempo, essa distribuição das avaliações da equidade social indicia a percepção de uma iniquidade básica da estrutura distributiva do sistema de recompensas económicas, independentemente das correcções nela introduzidas conjunturalmente e também das dimensões pessoais afectadas pelos indivíduos à avaliação da ética global do sistema.

A terminar, resta-nos ver de que forma as avaliações da equidade do sistema se distribuem segundo as «simpatias partidárias» dos inquiridos e, não menos importante, como se posicionam as pessoas que não declinaram qualquer simpatia partidária ou que declararam não ter simpatia por nenhum partido (em conjunto, estes dois últimos grupos constituem

40% do universo). Atendo-nos, por ora, aos 60% que manifestaram uma preferência partidária, é notório que os resultados contêm um elemento conjuntural. Só isso explica que, para além de todos os factores sociais e demográficos que necessariamente atravessam os «simpatizantes» do PSD, estes sejam os únicos que fazem uma avaliação predominantemente positiva da equidade do sistema sócio-económico do país. Quanto aos «simpatizantes» do CDS e do PS, reflectindo as suas determinações sociais, aproximam-se da avaliação feita pelo conjunto do país, sobretudo os do PS. Previsivelmente, os «simpatizantes» do PC e dos pequenos partidos da extrema esquerda (em conjunto 7% dos inquiridos) são os mais críticos. Importante é observar que a avaliação feita por estes últimos se aproxima muito daquela que fazem os «sem-partido» (sem preferência partidária declarada), cuja avaliação é notoriamente mais negativa do que o conjunto da população. Uma hipótese de explicação é que, indiferentes à conjuntura político-partidária, as opiniões deste numeroso grupo reflectem o seu baixo estatuto económico, social e cultural. Outra hipótese, de resto compatível com a primeira, é que a avaliação muito negativa que fazem da equidade do sistema sócio-económico induza estas pessoas a manifestar a sua desafecção ou desidentificação com a actual oferta político-partidária.

Em conjunto, estas observações permitem formular, no seguimento do nosso inquérito de 1991, a seguinte hipótese global e conclusiva: em larga medida, o descontentamento com a iniquidade subjectivamente percebida - e objectivamente verificada também - do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas está longe de ter encontrado uma expressão partidária, senão mesmo política. Em meu entender, a explicação para isso encontrar-se-á nos correlatos culturais, educativos e informativos - numa palavra, nos recursos cognitivos - de uma parte muito considerável da população portuguesa de mais baixo estatuto económico e social. É isso que se procurará estabelecer noutras análises que este mesmo inquérito consente.

Notas

- 1 1500 entrevistas na Região Norte (correspondente à área de intervenção da Comissão Coordenadora) e 1000 no resto do país realizadas em Abril-Maio de 1994 pela EUROEXPANSÃO para o projecto «*Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento*», financiado pela JNICT (projecto nº STRDA/C/CSH/689/92) e pelo IED, e com o apoio institucional do ICS.
- 2 M. V. Cabral (1994), «Equidade, economia e cidadania: crescimento económico e equidade social no Portugal democrático», *Análise*, Lisboa: Gabinete de Filosofia do Conhecimento, nº 17, pp. 231-246; M. V. Cabral (1995), «Sociedade e desenvolvimento económico: uma proposta teórico-metodológica», a publicar pelo SOCIUS/ISEG.

- 3 M. V. Cabral com Eduardo de Freitas e Maria de Lurdes Rodrigues (1993), «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento», in Teresa Patrício Gouveia (org.), *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*, FLAD-Pub. Dom Quixote, Lisboa, pp. 23-63; M. V. Cabral (1991), «Alguns aspectos da condição feminina em Portugal», *Organizações e Trabalho*, Lisboa: APSIOT, pp. 17-35; M. V. Cabral (1995), «Perfil sociográfico e atitudes sociais dos grupos de simpatia partidária em Portugal», a publicar em *Análise Social*, Lisboa: ICS.
- 4 Não é este o local e o momento para uma discussão aprofundada da noção de «estado-providência» e da sua aplicação em Portugal. Convém, contudo, referir que o caso português vem sendo objecto de contributos diversificados entre os quais se distinguem os trabalhos de J.P. Mozzicaffredo (cf. «O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias», *Sociologia — Problemas e Práticas*, Lisboa, CIES, 1992, nº 12, pp. 57-89) e B. Sousa Santos (cf. *O Estado e a Sociedade em Portugal, 1974-1988*, Porto: Afrontamento, 1990). Acerca do atraso quantitativo da implantação dos dispositivos de protecção e segurança social em Portugal, ver G. Esping-Andersen, «Orçamentos e Democracia: o Estado-Providência em Espanha e Portugal, 1960-1986», *Análise Social*, Lisboa: ICS, 1993, nº 122, pp. 589-606. Finalmente, para uma discussão mais alargada, ver em língua portuguesa: J.P. Mozzicaffredo, «O Estado-Providência em transição», *Sociologia — Problemas e Práticas*, Lisboa: CIES, 1994, nº 16, pp. 11-40; e M.V. Cabral, «O Estado-Providência e o Cidadão», *Risco*, Lisboa, 1985, nº 1, pp. 17-35.

ANEXO 1

Distribuição da população inquirida (%)

Quadro I

Sexo		Grupos etários					
Homens	Mulheres	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
48	52	15	19	18	16	14	18

Quadro II

Graus de instrução				Região	
Sup. + médio	Secund.	Primário +ciclo	Prim. Inc. +não esc.	Norte	Resto do País
9.5	18	51.5	20.5	36	64

Quadro III

«Simpatias partidárias»						
PS	PSD	PCP	CDS	Outros	Nenhum	Sem resposta
29	20.5	6	3.5	1	24	16

Quadro IV

Status social*					Status económico**				
A	B	C	D	E	1	2	3	4	5
3	9	19	25	44	3	14	25	27	31

* Índice de estatuto social

Este índice é composto em função do cruzamento de duas variáveis respeitantes à pessoa que, no agregado doméstico do inquirido, mais contribui para o rendimento global desse agregado. As duas variáveis referidas são o grupo ocupacional e o grau de instrução, cruzadas de forma a garantir uma adequada adaptação ao caso português da grelha ESOMAR (European Society for Opinion and Marketing Research), daqui resultando cinco estratos, correspondendo o grupo A ao estrato social mais elevado e o grupo E ao mais baixo:

Instrução	Ocupação													
	1	2	3	4	5+6	7+8	9	10	11	12	13	14		
Analfabeto														
Inst. primária incompleta														
Inst. primária completa														
2.º ano [6.º actual]														
5.º ano [9.º actual]														
7.º ano [11/12.º actual]														
Curso médio/Politécnico														
Universitária														

São os seguintes os grupos ocupacionais considerados:

- 01 - Patrão/proprietário (agricultura, comércio, indústria, serviços)
(empresa/loja/exploração com 6 ou mais trabalhadores)
- 02 - Quadros superiores (responsável por 6 ou mais trabalhadores)
- 03 - Quadros superiores (responsável por 5 ou menos trabalhadores)
- 04 - Profissões liberais e similares
- 05 - Quadros médios (responsável por 6 ou mais trabalhadores)
- 06 - Patrão/proprietário (agricultura, comércio, indústria, serviços)
(empresa/loja/exploração com 5 ou menos trabalhadores)
- 07 - Profissões técnicas, científicas e artísticas por conta de outrem
- 08 - Quadros médios (responsável por 5 ou menos trabalhadores)
- 09 - Empregados de escritório

- 10 - Estudantes, Domésticas, Inactivos
- 11 - Empregados trabalhando sem ser em escritórios
- 12 - Trabalhadores manuais e similares por conta própria
- 13 - Desempregados
- 14 - Trabalhadores manuais por conta de outrem

****Índice de estatuto económico**

Este índice distribui a população segundo o número de bens duradouros possuídos, de entre uma lista pré-estabelecida de 10 itens, por qualquer membro do agregado doméstico do inquirido. Testado há vários anos pelo EUROBARÓMETRO, este critério de estratificação económica foi adoptado pela ESOMAR (European Society for Opinion and Marketing Research) em substituição do rendimento declarado pelos inquiridos (cf. Yves Marbeau, “Harmonization of demographics in Europe 1991: The state of the art”, *Marketing and Research Today*, ESOMAR, March 1992, pp. 33-50).

ANEXO 2

Construção dos índices de equidade

	Perguntas	Avaliação	
		Favorável	Desfavorável
1991	1ª Acha que os Portugueses têm o suficiente para viver <i>decentemente</i> ?	Sim	Não
	2ª Nos últimos anos, em Portugal, as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres diminuíram ou aumentaram?	Diminuíram	Aumentaram
	3ª Na sua opinião, as pessoas nascidas em famílias pobres conseguem ou não melhorar as suas condições de vida se trabalharem com esforço?	Sim	Não
	4ª Em Portugal, acha que as oportunidades para os mais desfavorecidos melhorarem a sua condição económica estão a aumentar, a diminuir ou são as <i>mesmas</i> ? ¹	Aumentar	Diminuir
	5ª Quanto a si, tem a impressão de que os esforços que tem feito na vida foram recompensados ou não?	Sim	Não
	6ª No seu entender, as desigualdades económicas devem-se sobretudo a qual destas razões:		
1994	(a) umas pessoas esforçaram-se mais do que as outras	(a)	—
	(b) certas pessoas terem uma origem social mais favorável	—	(b)

O índice de *Equidade Dinâmica* é composto pelas respostas às perguntas 2+4 em 1991 e pelas perguntas 2+4+5 em 1994; o índice de *Equidade Estática* é composto pelas respostas às perguntas 1+3 em 1991 e 1+3+6 em 1994.

Finalmente, todas as escalas de avaliação são tanto mais favoráveis quanto maior fôr, segundo os índices, o número de respostas incluídas na respectiva coluna (à esquerda).

¹ As respostas «as mesmas» são incluídas na coluna «favorável» ou «desfavorável» conforme a resposta à 1ª pergunta for «sim» ou «não».